

Município de Itaipulândia Estado do Paraná

Controle Interno	Relatório de Auditoria Interna – (2025)	
Relatório de Auditoria/Inspeção nº 01/2025		
Área:	Secretaria de Finanças	
Unidade	Departamento de Tesouraria	
Administrativa:		
Gestor da unidade:	Leila M. Prates	
Processo nº:	01/2025	
Assunto do	Conciliação bancária; normativo interno de	
Processo:	procedimentos e segregação de funções	
Objeto da	Verificar os controles das contas correntes e de aplicação	
auditoria:	financeira, as respectivas conciliações bancárias, a	
	guarda de valores e recursos em tesouraria, e os	
	mecanismos de transferência de informações à	
	contabilidade.	
Metodologia de	A auditoria se enquadra como auditoria de regularidade ou	
trabalho:	conformidade e auditoria operacional ou de desempenho.	
Achados da	Achado 1: Valor contabilizado em caixa, porém	
Auditoria:	ausente de registro no Livro Razão. Saldo Contábil.	
Evidências:	A1. Distorção entre o apurado no saldo evidenciado pela	
	conciliação e o constante em Balancete Analítico.	
	A1 Evietâncie de pendâncies no conciliação des contes	
	A1. Existência de pendências na conciliação das contas em análise.	
Conclusão:	O saldo bancário da conta 624033-5, agencia 3842-3,	
Oonciasao.	Fonte de recurso: 10494 apresentou um valor de R\$	
	200.000,00 (Duzentos mil reais). Contudo, o respectivo	
	valor não possuía registro no Livro Razão da Tesouraria	
	para a data de 31/12/2024.	
	Assim, houve ocorrência de registro bancário em conta	
	especifica de R\$ 200.000,00, porém ausente de registro	
	no sistema orçamentário do ente.	
Recomendação:	Necessidade de ajuste diário nos saldos de bancos e	
	aquele registrado no contábil, para inocorrência de	
	imprecisões na conciliação bancária.	
Achados da	/ !	
Auditoria:	ausente de registro no Livro Razão. Saldo Contábil.	
Evidências:	A1. Distorção entre o apurado no saldo evidenciado pela	
	conciliação e o constante em Balancete Analítico.	
	A1 Evietôncia de pendências no conciliação dos contes	
	A1. Existência de pendências na conciliação das contas em análise.	
Conclusão		
Conclusão:	O saldo bancário da conta 8715-7, agencia 4079-7, Fonte de recurso: 770 apresentou um valor de R\$ 693.942,79	



Município de Itaipulândia Estado do Paraná

	That was a substitute of the contract of the c
	dois reais e setenta e nove centavos) em relatório de 31/12/2024, emitido na data de 28/05/2025. Contudo, em outro relatório referente à saldos bancários de 31/12/2024, emitido no dia 08/01/2025, apresentou um saldo de R\$ 669.001,21 apresentando uma divergência de R\$ 24.941,58.
Recomendação:	Necessidade de ajuste diário nos saldos de bancos e aquele registrado no contábil, para inocorrência de imprecisões na conciliação bancária.
Achados da	3
Auditoria:	entre os servidores dos setores de contabilidade e
	tesouraria?
Evidências:	A2. Não ocorrência da segregação de funções.
Conclusão:	A segregação de funções no Departamento de Tesouraria, ou qualquer outro departamento é fundamental para garantir a integridade das operações e reduzir o risco de erros e fraudes. Envolve a divisão de tarefas entre os servidores locados no Departamento e divide responsabilidades entre diferentes funcionários, de forma que nenhum indivíduo tenha controle total sobre todo o processo de gestão do Departamento. A segregação de funções visa evitar que um único funcionário possa cometer e ocultar erros ou fraudes. Ao dividir as tarefas entre diferentes pessoas, cria-se um sistema de controle mútuo, onde cada etapa do processo é verificada por outros funcionários, aumentando a
	probabilidade de detectar e corrigir erros. Constata-se que há um regime de segregação de funções para o setor de Tesouraria que é executado por 2(duas) servidoras que complementam o trabalho diário e as rotinas do Departamento.
Recomendação:	Sem recomendação.
5	
Achados da	Achado 4: Inexistência de normativos internos sobre
Auditoria:	procedimentos detalhados de controle, bem como
	padronização das tarefas executadas pelos servidores
	responsáveis, no âmbito contábil e financeiro
Evidências:	A3. Ausência de normativos internos sobre procedimentos detalhados de controle no âmbito contábil/financeiro, bem como padronização das tarefas executadas pelos servidores responsáveis.
Conclusão:	Por intermédio do Memorando nº 30/2025 a Secretaria auditada informa que não possui normativo interno referente aos procedimentos de controle e padronização de tarefas do setor financeiro.



Município de Itaipulândia Estado do Paraná

	Contudo, deve-se ressaltar que é primordial que haja a formulação de normativos para padronização de tarefas, em qualquer que seja o setor público, uma vez que ele serve para definir e uniformizar os procedimentos realizados no âmbito financeiro, tornando-se mais eficientes e consistentes. A padronização garante que todos os servidores locados no Departamento executem as tarefas de forma precisa e consistente, evitando descontinuidade da rotina diária e torne as ações cotidianas livre de eventuais erros.	
Recomendação:	Que se normatize o procedimento de conciliação bancária, de modo a padronizar o modelo de conciliação, a metodologia contábil empregada e o detalhamento dos registros, bem como as demais rotinas do Departamento de Contabilidade e Tesouraria entre outros aspectos que entender pertinentes.	
	Prazo: 60 dias.	
Servidor	Leila M. Prates	
responsável pelo		
órgão auditado: Assinatura:		
Additiation a.		
Itaipulândia, 05/06/2025.		
Loomov Ahona		
Leomar Abegg Controlador Interno		
Controlador interno		

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 67d44f61-660e-4c39-b94c-0aa28d7d5646



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento **Relatório de Achados de Auditoria.pdf** foi assinado eletronicamente através do Printer Flow. Verifique as assinaturas em https://itaipulandia.printercloud.com.br/signatures/eyJhbGciOiJIUzl1NiJ9.eyJ0YXNrljoyNzl0OTR9.hf8R7xa1WrOrQUfTXWhavVmL6OcCSCAYkEN4K16Sd-M

ou escaneie o qr code ao lado.

Lista de assinantes

Assinado por: **LEOMAR ABEGG**, em 05/06/2025 às 10:12:18.

Código de verificação: 05088a1e-d39b-4350-b0d7-7563768855b8



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO <u>№: 236</u>, DE 28 DE AGOSTO DE 2023.

